

Solução unilateral não é dívida get descartada

27 NOV 1986
por Celso Pinto
de São Paulo

Obter um sensível alívio no pagamento da dívida externa é um complemento indispensável ao pacote econômico aprovado na sexta-feira passada. Espera-se que seja possível fazê-lo pela negociação. Se assim não for, o País será empurrado a consegui-lo de forma unilateral.

A análise foi feita a este jornal pelo secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo. Sua expectativa é de que a questão da dívida se defina num prazo bastante curto.

Espera-se que a disposição dos credores se revele na reunião que o Clube de Paris terá no próximo dia 15 de dezembro. Indefinições ou adiamentos serão muito mal recebidos em Brasília.

A disposição do governo ficou clara, ontem, com a resposta que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, deu à imprensa, quando indagado sobre a possibilidade de uma moratória. "A moratória é sempre um caminho duro, difícil, mas um dia pode ser necessário", disse o ministro.

A hipótese de uma centralização cambial parece um pouco mais remota, porque a primeira reação das contas externas ao pacote foi positiva. Inverteu-se, nos últimos dias, o sinal: conseguiu-se estancar a perda líquida de reservas e obter pequenos ganhos. A divulgação do pacote e a fixação da nova regra cambial reverteram parte do movimento especulativo no setor externo.

A balança comercial de novembro vinha apontando para um resultado próximo de zero ou até um pequeno déficit. Como o pacote foi decidido no dia 22, dando margem a alguma recuperação, e como a Cacex vem segurando as importações, pode haver uma melhora no número final.

Não há dúvidas, contudo, de que a centralização virá, caso as reservas caiam abaixo de um piso que algumas situam em US\$ 4 bilhões. O próprio ministro Dilson Funaro deixou isso claro, no domingo passado, no programa Crítica e Autocrítica. Perguntado se centralizaria o câmbio caso as reservas caíssem abaixo de um limite, ele foi categórico: "Deveria ser um dever do governo fazer isso". E completou: "Nós

(Continua na página 22)

GAZETA MERCANTIL

Solução unilateral não é...

Dívida get

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1º página)

não vamos chegar para negociar sem reservas".

Independentemente do comportamento das reservas, contudo, a hipótese de alguma ação unilateral ficou mais forte. Belluzzo admite que a solução para a questão da dívida externa passou a ser um fator de possível reaglutinação da coesão política interna. Em outros termos, poderá vir a ser uma forma de o governo retomar parte da iniciativa perdida com a péssima repercussão política provocada pelo pacote de ajuste do Cruzado. O PMDB, por outro lado, pressionará fortemente na direção de uma ação unilateral.

E difícil imaginar que tipo de repercussão uma eventual atitude unilateral brasileira poderia ter junto a outros grandes devedores. O México, que recentemente concluiu um acordo com o FMI, dificilmente mudaria de rumo, mas a situação econômica Argentina e as afinidades entre seu governo e o brasileiro po-

dem abrir algum campo de cooperação.

Existe um fato, a visita ao Brasil do presidente argentino, Raúl Alfonsín, no dia 8 de dezembro, marca da há muito tempo. Será uma oportunidade para avançar os acordos de cooperação econômica entre os dois países, mas certamente também propiciará muitas conversas a respeito da dívida. Elas deverão acontecer, também, hoje e amanhã, na viagem que Belluzzo e dois outros assessores da Fazenda farão a Buenos Aires para preparar a vinda de Alfonsín. O objetivo desta viagem é discutir os acordos de cooperação, mas é provável que o tema da dívida surja nos encontros com autoridades argentinas.

A disposição de solidariedade, a propósito, tem ido além do que os fatos conhecidos têm revelado. Pelo que apurou este jornal junto a uma fonte credenciada, durante a última reunião do FMI, em Washington, em outubro, em certo momento a discussão sobre o caso do México chegou perto de um impasse.

Os mexicanos ameaçaram seus credores de passar a pagar os juros externos em pesos, numa conta no país, caso eles não aceitassem assinar um acordo favorável. Autoridades brasileiras e argentinas se ofereceram, então, para divulgar uma nota conjunta apoiando uma eventual atitude mexicana neste sentido. A nota acabou não saindo, a pedido do próprio governo mexicano.

O episódio serve tanto para mostrar a afinidade entre Brasil e Argentina na questão da negociação da dívida como a cautela mexicana. São indicações que podem ser úteis no futuro imediato.

Isto não quer dizer, contudo, que a hipótese de uma solução negociada favorável ao País esteja descartada. Ao contrário, o governo está acumulando bons indícios nesta direção. Só não está disposto a adiar decisões e manter a situação em aberto apenas apoiado em promessas.

Um indicador positivo, por exemplo, é o sinal de que o FMI deverá apoiar a pretensão brasileira de ne-

gociar com os credores baseado apenas em uma consulta anual, rotineira, dos técnicos do FMI ao País (Ver matéria acima).

Mais do que isto, acumulam-se promessas de restabelecimento de créditos oficiais de governos ao Brasil, tão logo esteja resolvida a negociação no âmbito do Clube de Paris. Brasília conta, por outro lado, com a simpatia de vários ministros de países credores que discutirão o caso brasileiro no Clube de Paris, no dia 15.

Os dois pontos delicados são a forma de acompanhamento do FMI à economia brasileira e a questão do pagamento dos atrasados que o País está devendo. O Brasil aceita pagá-los só se os novos empréstimos dos governos forem suficientes para cobrir os gastos; outros países querem que o Brasil pague antes e negocie depois.

Também no âmbito dos bancos privados internacionais surgem sinais encorajadores. O Chase Manhattan Bank chegou, inclusive, a encaminhar uma proposta de empréstimo ao Brasil que significaria, caso concretizado, dinheiro novo, algo que não acontece voluntariamente vindo de bancos desde o início da crise da dívida em 1982.

São estes sinais que levam alguns no governo, como o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, a apostar firmemente no sucesso da solução negociada. O cenário ideal nesta direção seria a obtenção de um acordo de longo prazo bastante favorável e a reabertura do mercado voluntário de créditos ao País.

E claro que se houver, de fato, uma chance de seguir nesta direção, ela será muito bem recebida. "A negociação é melhor para todo mundo", confirma Belluzzo.

Alguns técnicos no governo temem, no entanto, que as promessas possam acabar encobrindo o desejo de alguns credores de apenas ganhar tempo, na expectativa de que os meses corram contra o poder de barganha do País. Por esta razão, cresce a ansiedade em definir os parâmetros para a dívida o mais rapidamente possível.